

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA DOS MANGUEZAIS PIRAQUÊ-AÇU E PIRAQUE-MIRIM

3.1 INTRODUÇÃO

O conceito de Plano de Manejo adotado é o que se encontra no Capítulo I, Art. 2º - XVII da Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC): “Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade”.

A mesma lei, no seu inciso I, define as Unidades de Conservação (UC) como: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

De acordo com o Roteiro Metodológico de Planejamento de Unidades de Conservação (IBAMA, 2002) o plano de manejo de uma UC apresenta três abordagens distintas: enquadramento, diagnóstico e proposições, ou seja:

- Enquadramento da unidade nos cenários internacional, federal e estadual, destacando-se a relevância e as oportunidades da UC nesses escopos;

- Diagnóstico da situação sócio-ambiental do entorno, a caracterização ambiental e institucional da UC;
- Proposições principalmente voltadas para a UC e sua região, com a finalidade de minimizar/reverter situações de conflito e otimizar situações favoráveis à UC, traduzidas em um planejamento.

Ainda de acordo com o roteiro metodológico do IBAMA, o Plano de Manejo caracteriza-se por ser:

- **Contínuo** – envolve a busca constante de conhecimentos para manter sempre atualizados as propostas de manejo, de forma a não ocorrer lacunas e distanciamento entre as ações desenvolvidas e as realidades local e regional.
- **Gradativo** – o grau de conhecimento dos recursos naturais e culturais determina o grau de intervenção na UC que, juntos, determinarão a profundidade de alcance do Plano de Manejo. Por sua vez, a implementação dar-se-á também de forma gradativa, onde sem perder de vista a concepção idealizada inicialmente, são destacadas as prioridades factíveis para o horizonte de cinco anos.
- **Flexível** – consiste na possibilidade de serem inseridas ou revisadas informações em um Plano de Manejo, sempre que se dispuser de novos dados, sem a necessidade de proceder à revisão integral do documento. A tomada de decisões dependerá também da auto-avaliação e da retro-alimentação fornecidas pelas experiências com o manejo.

- **Participativo** – buscar o envolvimento da sociedade no planejamento e em ações específicas na UC e no seu entorno, tornando-a participativa e comprometida com as estratégias estabelecidas.

A Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim, foi criada pela Lei Municipal nº 994 de 14 de julho de 1986. Esta unidade de conservação foi criada anteriormente à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e por isso não pertence às categorias previstas nesta Lei, devendo ser reavaliada conforme prevê o artigo 55 da referida lei.

A reavaliação da categoria de unidade de conservação não prevista no SNUC deverá ser feita por ato normativo do mesmo nível hierárquico que a criou, conforme prevê o art. 40 do Decreto nº 4.330, que regulamenta a Lei Nº 9.985/2000 do SNUC.

O quadro 3.1 apresenta a ficha técnica com os dados da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim.

Quadro 3.1 – Ficha Técnica da Reserva Ecológica dos Manguezais do Piraquê-açu e Piraquê-mirim

FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	
Nome da Unidade de Conservação	Reserva Ecológica dos Manguezais do Piraquê-açu e Piraquê-mirim
Unidade Gestora Responsável	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aracruz
Endereço	Distrito de Santa Cruz, Aracruz, ES
Telefone	Não possui
Área	15,80 km ²
Município	Aracruz
Estado	Espírito Santo
Número do Decreto e Data de Criação	Lei Municipal nº. 994, de 14 de Julho de 1986.
Marcos Importantes	Rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim.
Bioma e Ecossistemas	Manguezal
Atividades Desenvolvidas	Visitação
	Fiscalização
Atividades Conflitantes	Pesca predatória, retirada de madeira do mangue, visitação sem controle adequado, ocupação desordenada no entorno da UC.

3.2 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA DOS MANGUEZAIS PIRAQUÊ-AÇU E PIRAQUÊ-MIRIM

Neste tópico são apresentadas considerações sobre a importância da UC nos contextos internacional, federal, estadual e municipal.

3.2.1 – Enfoque Internacional

A perda da diversidade biológica em todo o mundo e a discussão de temas relacionados à conservação da natureza vem recebendo destaque na agenda mundial. Uma série de compromissos está sendo firmada pela comunidade internacional nas últimas décadas, com o intuito de minimizar pressões ou evitar ameaças ao patrimônio ambiental natural no planeta.

Os manguezais, também chamados de florestas tropicais costeiras, é um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta. Eles ocorrem em vastas extensões de linhas costeiras tropicais e subtropicais da Ásia, Oceania, Américas e o Caribe e cobriam, em épocas passadas, uma área estimada de mais de 32 milhões de hectares.

O alto valor dos manguezais reside na proteção à linha de costa que oferecem, na manutenção da qualidade da água, na sua elevada produtividade biológica e na condição de propiciarem abrigo, habitat e alimentação a uma grande riqueza e abundância de espécies marinhas e terrestres. Esses ecossistemas estão entre os mais produtivos e são considerados ecossistemas-chave já que provêm uma grande variedade de recursos naturais e serviços ambientais que dão suporte a atividades econômicas e asseguram integridade ambiental em áreas costeiras tropicais.

As áreas úmidas de mangues são freqüentemente a primeira linha de defesa, contribuindo para a proteção das zonas costeiras contra a erosão e as tempestades. Os manguezais também são uma das melhores formas da natureza para combater o aquecimento global, devido a sua enorme capacidade de seqüestrar o carbono da atmosfera e armazená-lo em seu substrato.

Conforme o relatório “Os Mangues do Mundo 1980 – 2005” elaborado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a taxa atual de perda de manguezais está na casa de 1% ao ano, ou aproximadamente 150.000 hectares de área de mangue perdida ao ano. Isso significa cerca de 225.000 toneladas de potencial de seqüestro de carbono perdidas a cada ano, com a liberação adicional de aproximadamente 11 milhões de toneladas de carbono dos solos de manguezal alterados a cada ano.

Atualmente é cada vez mais urgente o reconhecimento da importância de conservar e restaurar os cinturões verdes de mangues protetores da zona costeira, pois estaremos contribuindo para minimizar os perigos de futuras catástrofes porque assim como os níveis do mar aumentam também será maior a freqüência e a intensidade de furacões e marés de tormentas. Os manguezais podem amortecer a fúria de tais tempestades destruidoras, protegendo as povoações localizadas por trás de uma faixa saudável dos manguezais.

A conservação dos manguezais existentes e a restauração de vastas áreas de manguezais degradados e desmatados servirão como uma solução parcial para o aquecimento global. Devido ao fato de cerca da metade da humanidade viver hoje em cidades e povoações localizadas ao longo dos litorais hoje vulneráveis, o aquecimento global e o decorrente aumento do nível do mar não pode ser ignorado.

Os manguezais têm sido seriamente subestimados pelos órgãos governamentais responsáveis por sua proteção e manejo. A falta de políticas ambientais voltadas para a conservação dos manguezais e fraca aplicação das leis permitiram perdas maciças dessas áreas úmidas litorâneas.

Obviamente, esse é um problema que exige uma ação coordenada e urgente por parte dos governos mundiais, visando à manutenção e preservação desses ambientes.

No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente, reconhecendo a importância dos ecossistemas de manguezais e das barreiras existentes na consolidação das Unidades de Conservação com manguezais e do papel fundamental para conservação, em parceria com IBAMA e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) está submetendo proposta ao GEF (Fundo Mundial para o Meio Ambiente) para alavancar recursos no valor de 5 (cinco) milhões de dólares, além dos 10 milhões que investirá em contrapartida e co-financiamento. Esse projeto tem como objetivo aumentar a efetividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC com vistas a alcançar a conservação e o uso sustentável dos recursos dos manguezais. Os recursos serão investidos em capacitação multisetorial, desenvolvimento de estratégias ecossistêmicas e participativas na gestão dos recursos pesqueiros, com inovações nas áreas gestão integrada com o setor de Recursos Hídricos e de mecanismos financeiros. Além disso, terá enfoque na gestão integrada de Unidades de Conservação, por meio da abordagem do mosaico de unidades de conservação.

3.2.2 – Enfoque Federal

3.2.2.1 – Política Ambiental Brasileira

A política ambiental, oficialmente implementada no Brasil com a preocupação de formar um conjunto coerente de ações no sentido da conservação ambiental, teve início a partir da década de 1970, após a Conferência de Estocolmo (em 1972) e com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Em sincronia com a recém instituída SEMA, foi criada a Superintendência de Recursos Naturais (SUPREN) – órgão vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – com a finalidade de desenvolver pesquisas sobre a disponibilidade e apropriação adequada dos recursos naturais no interesse nacional.

Porém, dada à extensão territorial do Brasil e a grande variabilidade de questões ambientais nele existentes, em curto prazo ficou evidente que a SEMA, de administração centralizada, não oferecia condições para atender à demanda para solução dos mais variados tipos de problemas ambientais.

Assim, em 31 de agosto de 1981, através da Lei nº. 6.938, foi estabelecida a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que no seu segundo artigo se dispõe a propiciar “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, dos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 1981).

A Política Nacional de Meio Ambiente define entre os instrumentos de sua execução: o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, os incentivos à produção e

instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologias voltadas para a melhoria da qualidade ambiental, a criação de reservas e estações ecológicas e a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SISNAMA), tendo como órgão de administração superior o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Visando dar cumprimento aos seus objetivos, a Política Nacional de Meio Ambiente definiu instrumentos de intervenção sobre as atividades econômicas a fim de atenuar os seus impactos ambientais, como o zoneamento ambiental, o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APA), e a exigência da elaboração de Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) para a concessão de licenciamento de atividades potencialmente poluidoras.

Foi, contudo, somente através da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que a Política Nacional do Meio Ambiente foi consolidada. Com a nova carta constitucional ficou confirmada a exigência de apresentação de RIMA para o licenciamento de determinados empreendimentos econômicos, e foram definidas como áreas de patrimônio nacional a Floresta Amazônica, a Floresta Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira do país, através da delimitação desses espaços e imposição de condições para o uso de seus recursos naturais.

Para consolidar a execução institucional da PNMA, foi criado através da Lei nº. 7.735 de 22 de fevereiro de 1989 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA, que absorveu todas as atividades que até então eram desenvolvidas por órgãos ambientais congêneres.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992, resultou no

compromisso, firmado entre a maioria dos países que dela participaram e, em especial o Brasil, de tomarem medidas mais efetivas para conservação ambiental em benefício de nosso futuro comum.

Decorridas praticamente três décadas de discussões acerca da implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, dificuldades de ordem financeira e resultante do desmantelamento da máquina administrativa têm provocado constantes alterações de metas e objetivos. Neste contexto, a intervenção ativa de um dos instrumentos de sua execução, as organizações não-governamentais ambientalistas, tem sido fundamental para a aplicação da Política Nacional de Meio Ambiente.

3.2.2.2 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

As UC's são porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou privado, legalmente instituídas pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Considerando todo o elenco de objetivos de conservação adotados por um país, é necessário um conjunto de categorias de manejo de UC's organizadas em um sistema, onde cada categoria deverá cumprir conjuntos específicos de objetivos, de tal forma que o sistema possa alcançar a totalidade de objetivos nacionais de conservação da natureza.

Sua distribuição deverá ser capaz de proteger o maior número possível de ecossistemas do país, reduzindo ao mínimo a perda de biodiversidade (BRASIL, 2000). Desta forma, entende-se por SNUC o conjunto organizado de áreas naturais protegidas (Unidades de Conservação federal, estadual e municipal). No Brasil, o

SNUC, foi instituído em 18 de julho de 2.000, por meio da Lei nº. 9.985, sendo esta regulamentada por meio do Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002.

A consolidação do SNUC busca a conservação *in situ* da diversidade biológica em longo prazo, centrando-a em um eixo fundamental do processo conservacionista. Estabelece ainda a necessária relação de complementariedade entre as diferentes categorias de UC's, organizando-as de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso: Proteção Integral e Uso Sustentável.

A Tabela 3.2.2.2.a mostra o número total de UC's e a contribuição sintetizada dos diferentes tipos de uso frente ao total das áreas protegidas no país.

Tabela 3.2.2.2.a – Unidades de Conservação Federais no Brasil: Subtotais por Tipo de Uso, Número de Unidades, Percentual e Total Geral

Tipo	Número de Unidades	Percentual (%)	Total
Uso Sustentável (APA, ARIE, FN, REx, RDS, RPPN, REFAU)	601	82,67	727
Proteção Integral (EE, RB, PN, MN, RVS)	126	17,33	

Fonte: IBAMA (2008)

Legenda: APA: Área de Proteção Ambiental; ARIE: Área de Relevante Interesse Ecológico; FN: Floresta Nacional; REx: Reserva Extrativista; RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável; RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural; REFAU: Reserva de Fauna; EE: Estação Ecológica; RB: Reserva Biológica; PN: Parque Nacional; MN: Monumento Natural; RVS: Refúgio de Vida Silvestre.

No Brasil, as UC's de uso sustentável somam 82,67% (601 unidades) do total de áreas naturais protegidas (727 unidades), enquanto as UC's de proteção integral correspondem a 17,33% (126 unidades). Em relação ao território nacional, as UC's ocupam somente cerca de 7,23% do território, onde as Unidades de Proteção Integral representam 3,29 % e as de Uso Sustentável 3,94% (IBAMA, 2008).

A Tabela 3.2.2.2.b lista de forma resumida e comparada as principais características, domínio, tipo de uso e objetivos que incidem sobre as categorias de UC aplicadas no Brasil.

Tabela 3.2.2.2.b – Resumo das Unidades de Conservação Brasileiras com Base no SNUC

Categoria de Manejo	Objetivos	Dominialidade	Tipos de uso	Características Principais
Parque Nacional, Estadual ou Municipal	Manutenção de ecossistemas representativos em estado natural; Manutenção da diversidade ecológica; Promover o uso turístico e recreação; Proteção do patrimônio cultural, histórico e arqueológico; Promover educação, pesquisa e monitoramento ambiental.	Poder Público	Proteção Integral	Área natural inalterada ou pouco alterada; Geralmente extensa.
Reserva Biológica	Manutenção de ecossistemas representativos em estado natural; Promover educação, pesquisa e monitoramento ambiental; Manutenção da diversidade ecológica; Conservação de bacia hidrológica.	Poder Público	Proteção Integral	Área natural inalterada ou pouco alterada; Geralmente pouco extensa; Área natural para fins de pesquisa e proteção integral; Visitação restrita.
Estação Biológica	Proteção integral de áreas naturais em estado primitivo.	Poder Público	Proteção Integral	Área natural para fins de pesquisa e proteção Integral; Visitação restrita.
Monumento Natural	Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.	Poder Público	Proteção Integral	Tamanho variável. Destinadas à proteção e visitação.
Refugio de Vida Silvestre	Proteção de ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna residente ou migratória.	Privado e/ou Poder Público	Proteção Integral	Tamanho variável. Destinadas à pesquisa, proteção e visitação.
Área de Proteção Ambiental	Assegurar o bem-estar das populações humanas; Conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.	Poder Público	Uso Sustentável	Uso Sustentável dos recursos naturais e do território; Geralmente extensas.
Área de Relevante Interesse Ecológico	Proteção de áreas naturais extraordinárias ou que abriguem biota relevante.	Privado e/ou Poder Público	Uso Sustentável	Área em geral de pequeno tamanho.
Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais	Promoção do manejo florestal, proteção de recursos hídricos, belezas cênicas e de sítios históricos e arqueológicos.	Poder Público	Uso Sustentável	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, pesquisa e visitação.
Reserva Extrativista	Proteção dos meios de vida e da cultura de populações extrativistas tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade.	Poder Público	Uso Sustentável	Permitida visitação, proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.
Reserva de Fauna	Realização de estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos naturais.	Poder Público	Uso Sustentável	Proibido o exercício da caça amadorística ou profissional.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservação da natureza; Reprodução e melhoria dos modos e qualidade de vida e exploração de recursos naturais das populações tradicionais; Valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidos por estas populações.	Poder Público	Uso Sustentável	Permitida visitação, pesquisa e exploração de componentes dos ecossistemas em regime de manejo sustentável.
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Manutenção de sítios representativos dos ecossistemas naturais.	Privado	Uso Sustentável	Área natural ou pouco alterada; Preservada pelo proprietário e reconhecida pelo IBAMA; Tamanho variável.

Fonte: IBAMA (2008); IEMA (2008)

A contribuição de cada categoria de manejo no número total de UC's no Brasil é apresentada na Tabela 3.2.2.2.c.

Tabela 3.2.2.2.c – Unidades de Conservação Federais no Brasil: Subtotais por Categoria com Respectivos Percentuais

Tipo	Número de Unidades	Percentual (%)
Área de Proteção Ambiental (APA)	31	4,26
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	17	2,34
Estação Ecológica (EE)	32	4,40
Floresta Nacional (FN)	73	10,04
Parque Nacional (PN)	62	8,53
Refúgio de Vida Silvestre (RVS)	3	0,41
Reserva Biológica (RB)	29	3,99
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	1	0,14
Reserva Extrativista (REx)	50	6,88
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	429	59,01
Total	727	100

Fonte: IBAMA (2008)

No enquadramento federal, a categoria de manejo Estação Ecológica representa 4,40% (32 Estações) do conjunto de Unidades criadas no país, enquanto o maior percentual (59,01%) pertence ao grupo das UC's de Uso Sustentável, categoria Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), com 429 unidades.

3.2.3 – Enfoque Estadual

3.2.3.1 – Uso e Ocupação do Solo Capixaba

O Estado do Espírito Santo era originalmente coberto pela Floresta Atlântica em torno de 90% do seu território. Do início até o século passado, a ocupação das terras deu-se no litoral, enquanto que as regiões norte e centro-serrana eram um

imenso maciço florestal, barreira natural de proteção para as áreas ricas em ouro de Minas Gerais.

A ocupação do espaço territorial rural no Espírito Santo foi historicamente predatória dos recursos florestais, caracterizando-se pelo desmatamento das áreas para implantação da cafeicultura e da pastagem.

A região norte, poupada da devastação no início da colonização, foi ocupada a partir da construção da ponte sobre o Rio Doce, em 1928, permitindo o acesso a regiões com densas florestas de tabuleiros. Essa região foi responsável por um longo tempo pela produção e exportação de madeiras, cuja contribuição para a geração de empregos e renda do Estado era uma das mais importantes.

Com a redução da oferta de madeira em tora devido à exaustão dos recursos oriundos das florestas nativas, a indústria madeireira deslocou-se gradativamente para outras regiões, principalmente para o sul da Bahia e Amazônia. Como resultado deste processo, extensas áreas foram degradadas, abandonadas e posteriormente manejadas pelo uso do fogo, para pastagens.

O Estado do Espírito Santo caracteriza-se por apresentar o seu quadro agrário com predominância de pequenas propriedades (90% menor que 100 ha), utilizando mão-de-obra familiar, em sua maioria, possuindo baixo nível de renda. O setor agrícola produtivo ocupa uma área total de 2.822.465 ha, equivalente a 61,12% da área estadual.

Os dados econômicos mostram que houve um declínio acentuado da renda agrícola na última década (cerca de 58%), e que a baixa renda gerada no campo é um dos principais fatores de êxodo rural. Esses dados também demonstram que a estrutura fundiária do Estado, com predominância de pequenas propriedades, o que é socialmente relevante para a distribuição de renda, não tem sido favorável ao seu

crescimento. Isso indica que as políticas públicas do passado não vêm respondendo aos objetivos de crescimento da renda.

3.2.3.2 – Aspectos Fito-fisionômicos

O Estado representa uma das quatro unidades que integram a Região Sudeste do território brasileiro, com uma área total de 46.184,1 km², 0,54% do território nacional e 4,98% da Região Sudeste.

Atualmente conta com 78 municípios, distribuídos em 12 microrregiões geográficas, reunidas em 4 mesorregiões geográficas - Noroeste, Litoral Norte, Central e Sul - com três grandes regiões de relevo – Litoral, Tabuleiros e Área Elevada do Interior – que determinam juntamente com outros fatores, a diversidade dos solos do Estado.

O Estado apresenta ainda 411 km de zona costeira, rica em restingas, mangues, praias e dunas. Dentre as últimas merecem destaque as areias monazíticas do balneário de Guarapari e as dunas de Itaúnas. Dentre as áreas de restinga, podemos citar a área do Paruque Natural Municipal de Jacarenema como um local representativo deste bioma.

O território capixaba é dividido em 12 bacias hidrográficas, com destaque para as bacias do Rio Jucu e do Rio Santa Maria da Vitória, que são responsáveis pelo abastecimento de água potável da Região Metropolitana de Vitória. De forma geral, todas essas bacias apresentam problemas devido às ações antrópicas ocorridas ao longo do tempo.

A vegetação presente no Espírito Santo é representada por cinco tipos diferentes de formações vegetais: a floresta ombrófila densa, a floresta estacional semidecidual, a floresta ombrófila aberta, as áreas com influência fluvial ou flúvio-marinha e áreas com influência marinha (restingas).

3.2.3.3 – Cobertura Florestal Atual

O Espírito Santo possui grande parte de seu espaço territorial dentro da região de domínio dos ecossistemas da região da Mata Atlântica o que, originalmente correspondia a aproximadamente 90% da área do Estado.

O mapeamento recente – ano 2000 – publicado pela Fundação SOS Mata Atlântica, mostrou que o Estado do Espírito Santo possui 30,28% de remanescentes florestais em relação à área estadual, ou seja, 1.398.435 ha. Esse percentual é bem maior que o publicado por essa mesma instituição, em 1990, que era de 8,5% de cobertura natural.

Essa grande diferença foi explicada pela Fundação como tendo sido identificados os remanescentes florestais de formações arbóreas primárias com pouca alteração ou essencialmente recuperadas, formações secundárias em estágio médio e avançado de regeneração, bem como o uso de tecnologias de mapeamento mais avançadas com grande inovação na interpretação visual digital de imagens de satélite em escala mais detalhada, portanto mais precisas e mais próximas da realidade terrestre, identificando fragmentos florestais, desflorestamentos ou áreas em regeneração acima de 10 ha. Até o estágio anterior, só áreas acima de 25,0 ha eram possíveis de serem mapeadas.

Mesmo com toda a degradação sofrida pela Mata Atlântica, os remanescentes florestais do Estado do Espírito Santo, apresentam uma das maiores biodiversidades do mundo. Segundo estudos realizados no município de Santa Teresa, foram encontradas cerca de 550 espécies vegetais/hectare numa unidade de conservação.

A manutenção desses remanescentes florestais, através de um processo de fiscalização integrada dos órgãos de meio ambiente, bem como uma administração

eficaz das unidades de conservação, representam a mais importante ação pública no âmbito da preservação e conservação dos diferentes ecossistemas da Mata Atlântica.

3.2.3.4 – Política Ambiental do Estado

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA é o órgão responsável pelo gerenciamento, de forma articulada com os demais órgãos da administração pública, das Políticas Estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Com a perspectiva voltada para o desenvolvimento sustentável, sua atuação está direcionada para a promoção de ações que visem à preservação e melhoria da qualidade de vida e ambiental, a supervisão e apoio na elaboração de pesquisas, estudos científicos e projetos relacionados a efluentes líquidos, resíduos sólidos, parâmetros atmosféricos, recursos hídricos superficiais (interiores e costeiros), solos, dentre outras ações.

Fomento à ações que visem o desenvolvimento de atividades relacionadas com a Política Estadual de Educação Ambiental, a coordenação das ações do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente – CONREMAS e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.

3.2.4 – Enfoque Municipal

3.2.4.1 – Aspectos Gerais do Município de Aracruz

O município de Aracruz está situado no litoral norte do Espírito Santo, a 83 km de Vitória, capital do Estado, ocupando uma área de 1.426,83 km², com uma população aproximada de 73.358 habitantes. Está localizado, em média, a 50 metros acima do nível do mar, apresentando um clima tropical litorâneo com inverno seco, temperatura média de 28°C e umidade relativa do ar de 87% (PMA, 2007).

O município divide-se politicamente em cinco distritos: Sede, Santa Cruz, Riacho, Guaraná e Jacupemba.

A economia do município está centrada nos setores da indústria, comercial, serviços e agropecuário.

O município de Aracruz tem uma rara conjunção de fatores que o habilitam a se transformar, em curto prazo, no centro de desenvolvimento do norte do Estado do Espírito Santo.

3.2.4.2 – Política Ambiental do Município de Aracruz

A Prefeitura de Aracruz possui no seu organograma a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aracruz que foi criada com o objetivo de estruturar, coordenar, controlar e executar a política municipal de meio ambiente, bem como verificar o seu cumprimento, em articulação com os sistemas estadual e federal de meio ambiente. A Política Municipal de Meio Ambiente possui os seguintes objetivos:

- Articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com aqueles dos órgãos federais e estaduais, quando necessário;
- Articular e integrar ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo consórcios e outros instrumentos de cooperação;
- Identificar e caracterizar os ecossistemas do Município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;
- Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais, naturais ou não;
- Controlar a produção, extração, comercialização, transporte e o emprego de materiais, bens e serviços, métodos e técnicas que comportem risco para a vida ou comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;
- Estabelecer normas, critérios e padrões de emissão de efluentes e de qualidade ambiental, bem como normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, naturais ou não, adequando-os permanentemente em face da lei e de inovações tecnológicas;
- Estimular a aplicação da melhor tecnologia disponível para a constante redução dos níveis de poluição;
- Preservar e conservar as áreas protegidas no Município;

- Estimular o desenvolvimento de pesquisas e uso adequado dos recursos ambientais, naturais ou não;
- Promover a educação ambiental na sociedade e especialmente na rede de ensino municipal;
- Promover o zoneamento ambiental.

Esta política está estruturada nas seguintes legislações ambientais municipais:

- Lei nº 2.311, de 30/08/2000. Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente do Município de Aracruz e dá outras providências.
- Lei nº 2.436, de 26/12/2001. Institui o Código Municipal de Proteção ao Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente para a administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais do município de Aracruz – ES.
- Decreto nº 12.507, de 30/06/2004. Regulamenta o Licenciamento Ambiental, a Avaliação de Impactos Ambientais, o Cadastro Ambiental das atividades potencial ou efetivamente poluidoras e/ou degradadoras, o Fundo Municipal de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente e as Normas do Poder de Polícia Administrativa em conformidade com a Política Municipal de Meio Ambiente, nos termos da lei nº 2.436, de 26/12/2001 – Código Municipal de Meio Ambiente de Aracruz, e dá outras providências.